



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

DÉBORA MARIA SANTOS ALVES DE NORONHA

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

JOÃO PESSOA
2025

DÉBORA MARIA SANTOS ALVES DE NORONHA

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, como requisito final para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Robson Guedes da Silva (DME/CE-UFPB).

JOÃO PESSOA

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N852e Noronha, Débora Maria Santos Alves de.

Educação para a sexualidade na educação infantil:
uma pesquisa bibliográfica / Débora Maria Santos Alves
de Noronha. - João Pessoa, 2025.
49 f.

Orientação: Robson Guedes da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação sexual. 2. Educação infantil. 3.
Desenvolvimento infantil. 4. Sexualidade - infância. I.
Silva, Robson Guedes da. II. Título.

UFPB/CE

CDU 612.6.057(043.2)

DÉBORA MARIA SANTOS ALVES DE NORONHA

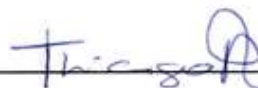
**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Pedagogia da UFPB, apresentado em sessão de defesa pública realizada em 02/10/2025, como requisito parcial para a obtenção do grau acadêmico de Licenciatura em Pedagogia.

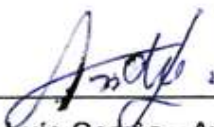
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Robson Guedes da Silva - Orientador - DME/CE/UFPB



Prof. Dr. Thiago dos Santos Antunes da Silva - Avaliador Externo



Prof. Dr. André Luís Corrêa - Avaliador Interno - DME/CE/UFPB

João Pessoa (PB)

2025

“A sexualidade é uma parte importante da vida,
e não algo a ser reprimido ou evitado.”

(Masters e Johnson)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero expressar minha imensa gratidão a Deus, que tornou tudo isso possível. Essa jornada não se resume apenas aos anos de universidade, mas a toda a minha vida, na qual Ele esteve presente em cada passo.

Agradeço de coração aos meus pais, Carlos e Josefa. O amor, o apoio, o incentivo e a crença inabalável que eles sempre tiveram em mim foram a base para que eu chegasse até aqui.

Minha família inteira merece meu agradecimento. Em especial, minha avó Rosilda, que hoje está no céu. Ela foi uma inspiração e me motivou constantemente a iniciar e a terminar este curso, sempre apoiando meus estudos.

À minha irmã, Bruna, por estar sempre ao meu lado, oferecendo seu apoio incondicional ao longo de toda essa jornada. Da mesma forma, ao meu namorado, Albino, pelo seu companheirismo, apoio, compreensão e incentivo em todos os momentos.

Sou muito grata a todos os amigos que fiz na Universidade. Aprendi e continuo aprendendo muito com cada um de vocês, e a ajuda mútua foi essencial tanto para minha formação acadêmica quanto para meu crescimento pessoal.

Ao professor Robson Guedes, um agradecimento especial por suas aulas enriquecedoras e, principalmente, pela oportunidade de me orientar neste trabalho. Sua confiança e suporte, além das correções e incentivos, foram cruciais para a conclusão deste projeto.

Por fim, agradeço a mim mesma por todo o esforço e dedicação incondicionais que investi para concluir este curso e, em particular, este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relevância da educação para a sexualidade na Educação Infantil, reconhecendo-a como dimensão fundamental do desenvolvimento humano, mas ainda marcada por silenciamentos, tabus e resistências que tornam as crianças mais vulneráveis. A investigação, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida por meio de uma análise bibliográfica de livros, artigos científicos e documentos oficiais, a fim de aprofundar o debate e compreender a sexualidade em suas dimensões social, cultural e ética. O estudo evidenciou desafios persistentes, como a carência de formação adequada dos professores e a resistência de parte das famílias, mas destacou o diálogo e a implementação de práticas pedagógicas sob a temática da sexualidade como caminhos para a construção de uma infância mais segura, plural e respeitosa. Conclui-se que a educação para a sexualidade, além de atuar como estratégia de prevenção a situações de abuso, configura-se como prática pedagógica fundamental para promover o autoconhecimento, o respeito ao próprio corpo e à diversidade de corpos. A pesquisa demonstrou, ainda, que essa temática se articula de forma pertinente aos princípios da Educação Infantil, como a valorização do brincar e das interações, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e a parceria com a família, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de construir relações educativas múltiplas.

Palavras-chave: Educação para a Sexualidade; Educação Infantil; Desenvolvimento Infantil; Sexualidade na Infância.

ABSTRACT

This study explores the importance of sexuality education in early childhood, recognizing it as a vital aspect of human development that remains overshadowed by silence, taboos, and resistance—factors that increase children's vulnerability. Employing a qualitative approach, the research was conducted through a bibliographic review of books, scholarly articles, and official documents, aiming to deepen the discourse and examine sexuality through social, cultural, and ethical lenses. The findings reveal ongoing challenges, including insufficient teacher training and opposition from certain families. Nonetheless, the study underscores the value of open dialogue and the integration of pedagogical practices related to sexuality as essential steps toward fostering a safer, more inclusive, and respectful environment for children. It concludes that sexuality education not only serves as a preventive measure against abuse but also promotes self-awareness, bodily autonomy, and respect for diversity. Furthermore, the research affirms the alignment of this theme with core principles of Early Childhood Education—such as the significance of play and interaction, the recognition of children as rights-bearing individuals, and collaboration with families—ultimately contributing to the development of critical, autonomous learners capable of forming diverse educational relationships.

Keywords: Sexuality Education; Early Childhood Education; Child Development; Childhood Sexuality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. METODOLOGIA.....	13
3. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	22
3. 1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	23
3. 2. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	26
4. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS.....	31
4. 1. O QUE É EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE?.....	31
4. 2. A IMPORTÂNCIA DE ENSINAR SOBRE O CORPO E O RESPEITO DESDE A INFÂNCIA.....	33
4. 3. A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE COMO BASE PARA PREVENIR ABUSOS E PROMOVER O AUTOCUIDADO.....	36
4. 4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ABORDAR A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM AMBIENTES ESCOLARES.....	38
4. 5. COMO LIDAR COM RESISTÊNCIAS FAMILIARES AO TRATAR TEMAS DE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6. REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A educação ocupa lugar importante na formação das sociedades, funcionando não apenas como um espaço de aprendizagem dos conhecimentos gerais e específicos, mas como um campo de socialização, de construção de valores e de desenvolvimento integral dos sujeitos. Nesse cenário, discutir a sexualidade como parte constitutiva do ser humano se torna fundamental, especialmente quando voltada para a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, marcada por experiências formativas importantes. A sexualidade não pode ser compreendida apenas como uma questão biológica ou restrita à adolescência, ela se manifesta desde os primeiros anos de vida e acompanha o processo de desenvolvimento humano em todas as suas fases. Assim, pensar a importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil significa reconhecer que as crianças possuem curiosidades, questionamentos e modos próprios de explorar o mundo e o corpo, que precisam ser acolhidos pela escola de maneira responsável, ética e pedagógica.

Durante muito tempo, a sexualidade infantil foi cercada de tabus, silenciamentos e resistências. A ideia de que crianças não possuem sexualidade ou de que este é um tema inapropriado para a infância levou a lacunas significativas na formação de professores e no cotidiano escolar. Entretanto, as pesquisas recentes mostraram que não falar sobre esse assunto não protege as crianças, pelo contrário, elas ficam mais vulneráveis a abusos e desinformações. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), 65,1% dos casos de violência sexual contra menores de 14 anos acontecem em casa, o que reforça que a escola precisa ser um lugar seguro para ensinar as crianças sobre seus direitos, seus corpos e o respeito ao outro. A ideia é evidenciar como a educação para a sexualidade, quando tratada da forma certa, pode ser uma ferramenta de proteção e ajudar no desenvolvimento saudável das crianças. A abordagem da sexualidade na escola não é, portanto, um estímulo à sexualização precoce, mas uma estratégia de proteção, de valorização da infância e de promoção de relações mais saudáveis.

O presente trabalho, intitulado A importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil, parte da necessidade de discutir a sexualidade como parte fundamental do desenvolvimento humano e como componente indispensável da prática pedagógica na primeira infância, promovendo uma

educação mais integral e humanizadora, em que a criança é reconhecida como sujeito de direitos. Sabe-se que falar sobre sexualidade ainda é um grande desafio no contexto escolar, especialmente quando se trata da primeira infância. Apesar de a sexualidade estar presente desde os primeiros anos de vida e fazer parte do desenvolvimento, muitos adultos, sejam educadores ou responsáveis, evitam falar sobre esse assunto por medo, desconhecimento ou tabus, no entanto, o silêncio em relação a esse assunto, tão importante do desenvolvimento infantil, pode gerar consequências negativas, como a falta de autoconhecimento, dificuldades na formação da identidade e, em casos mais graves, o aumento da vulnerabilidade a situações de abuso (Campos; Miranda. 2022).

A educação para a sexualidade não tem a ver com antecipar vivências sexuais, mas sim proporcionar às crianças oportunidades de conhecerem seu próprio corpo, entenderem seus limites e do outro, reconhecerem suas emoções e desenvolverem relações baseadas no respeito (Oliveira; Oliveira, 2018). Diante disso, a escola assume um papel essencial como espaço seguro para o diálogo, a escuta e a construção de valores. Então, cabe ao professor contribuir para o desenvolvimento saudável da criança também nesse aspecto, desde que tenha preparo adequado para isso.

A educação para a sexualidade na primeira infância envolve, principalmente, promover o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, reconhecer as diferenças e valorizar a autoestima (Riva; Petrenas, 2022) Esses fatores são fundamentais para que a criança cresça mais consciente sobre si e sobre as relações humanas. Contudo, mesmo diante da importância desse assunto, muitos profissionais da educação ainda não se sentem preparados para trabalhá-lo em sala de aula. (Gonçalves; Faleiro; Malafaia, 2013) É perceptível que falta formação específica, apoio institucional e diálogo aberto com as famílias. Além disso, a ausência de diretrizes claras dentro das escolas dificulta a implementação de práticas pedagógicas efetivas voltadas para essa parte do desenvolvimento infantil.

A escolha deste tema surgiu a partir de vivências de estágio em instituições de Educação Infantil, públicas e particulares, nas quais ficou evidente a falta de abordagens pedagógicas voltadas à sexualidade infantil. Investigar a importância desse assunto é fundamental para compreender como ela pode contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, para a construção de relações respeitosas e para a criação de uma infância mais segura e consciente.

A sexualidade é parte fundamental da vida humana e se manifesta desde os primeiros anos, influenciando a forma como as crianças percebem a si mesmas, ao outro e ao mundo que as cerca. Apesar disso, ainda existe uma resistência muito grande em trabalhar esse assunto nas escolas, por causa de preconceitos, desinformação e pela crença equivocada de que falar de sexualidade na infância seria inadequado ou poderia estimular comportamentos precoces. Crianças de 4 e 5 anos frequentemente demonstravam curiosidade sobre seus corpos e relações interpessoais, mas, muitas vezes, suas perguntas eram ignoradas ou reprimidas, como se fossem inadequadas. Essa constatação despertou o interesse em investigar de que maneira a educação para a sexualidade pode ser inserida de forma sensível e respeitosa no cotidiano escolar.

Investigar a importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil é fundamental para entender como ela ajuda no desenvolvimento das crianças, a criar respeito e a tornar a infância mais segura e consciente. Nesse cenário, este estudo se justifica pela necessidade de compreender de que modo a educação para a sexualidade pode ser abordada pedagogicamente na primeira infância, de forma ética, respeitosa e adequada à faixa etária, superando silenciamentos e tabus. A pesquisadora é uma estudante de Pedagogia e estagiária em uma escola particular e lida com crianças de 4 e 5 anos. Nesse ambiente de trabalho ela percebeu que muitas dúvidas e curiosidades que as crianças têm sobre o próprio corpo e as relações com os outros ainda são vistas como tabu ou ficam sem resposta. Isso acaba dificultando que eles desenvolvam uma compreensão saudável da sexualidade e aprendam a respeitar as diferenças. Além disso, a experiência dela em estágios, tanto em escolas públicas quanto em particulares, mostraram que a formação dos professores muitas vezes não os prepara direito para abordar esse assunto de maneira pedagógica e sensível.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa pode contribuir para o debate acadêmico ao discutir conceitos fundamentais da educação para a sexualidade e sua relação com o desenvolvimento infantil. Discutir a educação para a sexualidade na primeira infância significa também refletir sobre conceitos fundamentais relacionados à infância, ao desenvolvimento humano e à pedagogia crítica. Do ponto de vista prático, entender como a educação para a sexualidade pode ser incluída na Educação Infantil vai não só ajudar os professores a melhorarem sua prática docente, mas também a fortalecer a relação entre a escola e as famílias, e

uma cultura de respeito e proteção das crianças contra situações de abuso.

Sendo assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é analisar a educação para a sexualidade na primeira infância. Para isso, foram definidos como **objetivos específicos**: definir o conceito de educação para a sexualidade; analisar a relevância da educação para a sexualidade no contexto da primeira infância; sistematizar como a educação para a sexualidade pode contribuir para o autoconhecimento infantil e o respeito ao próprio corpo e ao dos outros; apresentar estratégias pedagógicas para abordar a temática na Educação Infantil, e identificar desafios e possibilidades para a implementação da educação para a sexualidade no ambiente escolar.

Compreendemos que a infância é um período de intensas descobertas, em que a criança começa a formar sua identidade, a entender os limites do próprio corpo e a fazer novas amizades. Quando não se fala sobre sexualidade de maneira adequada, as crianças podem acabar crescendo sem saber sobre consentimento, respeito ao próprio corpo e ao dos outros, podendo criar algumas dificuldades na hora de formar relações saudáveis e, em situações mais sérias, deixá-las mais suscetíveis a abusos e violências. É perceptível que os educadores têm enfrentado alguns desafios, quando o assunto é a educação para a sexualidade na Educação Infantil, mas, existem várias oportunidades de aprendizado que estão adaptadas à idade das crianças, e essas podem ajudar a criar um ambiente mais seguro e consciente, levando em conta os contextos sociais e culturais.

Diante disso, surgiram as seguintes **questões de pesquisa**: Como a educação para a sexualidade pode ajudar no desenvolvimento das crianças? Quais são os principais desafios que os educadores enfrentam ao abordar a educação para a sexualidade na Educação Infantil? Essas questões surgiram, pois, precisamos entender como a educação para a sexualidade influencia o crescimento das crianças e quais os desafios que os educadores vivenciam ao falar sobre esse assunto. A busca por essas respostas se **justifica** pela necessidade urgente de enfrentar os silenciamentos e as resistências que ainda cercam essa temática. Para tanto, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório, realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros, documentos oficiais e páginas da web de instituições educacionais e revistas acadêmicas.

Outro ponto importante a ser destacado é a importância social e educacional

deste assunto. A escola, ao longo da história, tem sido desafiada a lidar com temas sensíveis, como gênero, diversidade e sexualidade, mas durante décadas, o que prevaleceu foi uma abordagem conservadora, marcada pelo silenciamento e pelas restrições. Entretanto, com o aumento dos debates sobre direitos humanos, igualdade de gênero e proteção à infância, surgiu a necessidade de colocar a educação para a sexualidade como parte do currículo escolar. De acordo com Louro (1999), a escola é atravessada por discursos sobre corpos, comportamentos e identidades, mesmo quando não os nomeia explicitamente. Por isso, assumir a sexualidade como tema pedagógico é também uma forma de reconhecer que a escola já participa da produção de sentidos sobre o que é ser menino e o que é ser menina, sobre as formas de se relacionar com o outro e de compreender o corpo. O silêncio não é neutro, na verdade é repleto de significados.

Do ponto de vista educacional, abordar a sexualidade na Educação Infantil significa contribuir para que a criança desenvolva desde cedo competências socioemocionais, como empatia, respeito, autoestima e consciência corporal. A educação para a sexualidade, quando bem conduzida, ajuda a criança a reconhecer seus sentimentos, a respeitar o espaço do outro, a aprender sobre limites e consentimento, a valorizar a diversidade e a compreender que todas as pessoas têm direito à dignidade. Esses aprendizados são fundamentais para a construção de relações sociais mais respeitadas, igualitárias e saudáveis. Como lembra Oliveira (2022), o reconhecimento da criança como sujeito de direitos implica também garantir a ela o acesso a informações e práticas pedagógicas que contribuam para sua proteção integral.

Dessa forma, fica claro que ensinar sobre sexualidade na primeira infância não é um assunto que deve ser visto como secundário ou polêmico, mas como algo necessário e importante dentro do processo de aprendizado. Quando feito de maneira adequada, levando em conta a idade das crianças e o contexto social em que vivem, essa abordagem ajuda a formar pessoas mais conscientes, respeitadas e protegidas. A escola, enquanto espaço formativo e social, tem a responsabilidade de promover uma educação que abranja todos os aspectos do desenvolvimento humano, inclusive a sexualidade. Assim, este estudo busca oferecer embasamentos teóricos que incentivem uma prática pedagógica mais acolhedora, bem-informada e crítica.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como tema "A Importância da Educação para a Sexualidade na Educação Infantil", adotará uma abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo exploratório e com procedimento de pesquisa bibliográfica. De acordo com Brito, Oliveira e Silva (2021, p. 4), "a pesquisa qualitativa permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade, viabilizando a avaliação e assimilação da dinâmica interna de processos e atividades", portanto, a abordagem qualitativa é escolhida porque permite uma análise mais aprofundada sobre as percepções, desafios e possibilidades desse tema no contexto educacional.

A pesquisa qualitativa caracteriza-se por investigar fenômenos que envolvem significados, compreensões, intenções e percepções. Ao contrário da abordagem quantitativa, que se baseia em dados numéricos e estatísticos, a qualitativa procura interpretar, de maneira profunda, os contextos, experiências e realidades vividas pelos sujeitos, ela foca na complexidade da experiência humana, o que é particularmente importante quando o objetivo da pesquisa é analisar comportamentos, crenças, valores, motivações e práticas sociais. Sendo assim, essa abordagem é especialmente útil para temas que envolvem subjetividade e experiências individuais ou coletivas, como é o caso da sexualidade na infância.

Os dados qualitativos são coletados por meio de fontes como documentos, textos, entrevistas e observações, permitindo ao pesquisador capturar significados simbólicos e culturais atribuídos a diferentes aspectos da realidade. Segundo Brito, Oliveira e Silva (2021, p. 4), "a pesquisa qualitativa permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade, viabilizando a avaliação e assimilação da dinâmica interna de processos e atividades". Ela possibilita o estudo de realidades complexas e subjetivas, permitindo ao pesquisador captar elementos não quantificáveis, como sentimentos, crenças, valores e comportamentos.

De acordo Minayo (2009 *apud*. Campos et al., 2023), essa abordagem compreende a produção do conhecimento como um processo contínuo, na qual a análise interpretativa é conduzida a partir da interação entre pesquisador e objeto investigado. Trata-se de uma construção dinâmica e reflexiva, que respeita a complexidade da realidade social. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador não é um observador neutro, mas um agente ativo na produção de significados. O conhecimento é construído no diálogo com os sujeitos e com os textos, sendo

influenciado pelas experiências, percepções e crenças de quem pesquisa. Isso exige sensibilidade, escuta atenta e abertura para acolher múltiplas interpretações da realidade.

Além disso, a pesquisa qualitativa não busca necessariamente generalizar os resultados, mas compreender com profundidade o assunto estudado, ela busca a interpretação e a construção de análises que respeitem a singularidade dos contextos investigados. Portanto, seu principal objetivo está na capacidade de gerar conhecimento detalhado e situado, favorecendo a transformação das práticas sociais a partir da escuta dos sujeitos.

A pesquisa qualitativa tem um papel fundamental na área educacional, pois permite compreender as práticas pedagógicas, os contextos escolares e as relações interpessoais em sua complexidade, essa abordagem contribui para a construção de um conhecimento que está relacionado à diversidade cultural, às desigualdades sociais e às experiências subjetivas dos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem. Ao valorizar a escuta dos sujeitos, suas histórias de vida, suas crenças e suas aprendizagens, a pesquisa qualitativa pode revelar coisas que muitas vezes passam despercebidas em análises quantitativas. Com isso, a pesquisa qualitativa serve como uma ferramenta muito importante para a construção de práticas pedagógicas que sejam inclusivas, democráticas e sensíveis às reais necessidades dos alunos.

Guerra e Moura (2023) destacam que a pesquisa qualitativa, ao valorizar os pontos de vista e as vivências cotidianas dos participantes da pesquisa, permite a construção de propostas educativas mais coerentes com as necessidades reais das comunidades escolares. Desse modo, essa perspectiva possibilita investigar coisas como inclusão, evasão, violência escolar, construção de identidades, práticas docentes e processos de aprendizagem a partir da ótica de quem os vivencia.

Na Educação Infantil, especificamente, a pesquisa qualitativa pode ter muito a contribuir para entender melhor as experiências das crianças, seus modos de se relacionar, brincar, expressar emoções, aprender e construir saberes. Com essa abordagem, é possível entender como as crianças enxergam o mundo ao seu redor e como as práticas educativas contribuem ou atrapalham o desenvolvimento integral de cada uma. Ao compreender que a criança é um sujeito social ativo e produtor de cultura, a pesquisa qualitativa permite olhar para suas vivências com respeito e sensibilidade. A escuta atenta às crianças e a valorização de suas formas

de expressão são a base dessa abordagem no contexto da educação infantil, contribuindo para a construção de uma pedagogia que respeite a infância em sua singularidade.

A pesquisa qualitativa também estimula o desenvolvimento profissional dos educadores, pois incentiva à reflexão sobre a própria prática pedagógica e sobre os sentidos atribuídos ao ato de ensinar. Ao investigar suas próprias ações, os professores podem mudar seus modos de ensinar, seus objetivos pedagógicos e suas relações com as crianças, e dessa forma construir um ensino mais sensível e respeitoso.

Outro ponto importante é que a pesquisa qualitativa permite investigações mais abertas e mais dialógicas, com isso, a pesquisa qualitativa na educação não contribui só com o desenvolvimento científico da área, como também oferece meios para mudar a realidade das escolas e das salas de aula. A pesquisa qualitativa incentiva a escuta, a empatia e a valorização da diversidade humana, essenciais para qualquer prática pedagógica que tenha como objetivo promover uma educação mais equitativa, respeitosa e libertadora.

A pesquisa bibliográfica será o principal método utilizado para a construção desta pesquisa. Segundo Pizzani *et. al.* (2012, p. 54), entende-se por pesquisa bibliográfica

a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da Internet entre outras fontes.

Dessa forma, o estudo se baseará em textos acadêmicos e artigos que discutem a educação para a sexualidade na primeira infância, buscando analisar as contribuições teóricas existentes e identificar os principais desafios enfrentados pelos professores.

A pesquisa bibliográfica é uma forma de investigação científica que se baseia na análise de obras já publicadas sobre determinado tema. Essa análise pode envolver livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses, documentos oficiais, periódicos, materiais digitais e outros tipos de registros escritos. O principal objetivo da pesquisa bibliográfica é reunir, comparar, sintetizar e interpretar o que diversos

autores já disseram sobre um determinado assunto, com a finalidade de construir uma base teórica sólida que embase o desenvolvimento do trabalho científico. De acordo com Severino (2014), a pesquisa bibliográfica não deve ser confundida com uma simples atividade de coleta de informações, ela é uma etapa fundamental do processo de construção do conhecimento, na qual o pesquisador dialoga criticamente com os autores, questiona os sentidos já estabelecidos, identifica lacunas e propõe novas compreensões a partir da leitura dos textos. A pesquisa bibliográfica é, portanto, um exercício de análise, síntese e interpretação, e não apenas de reprodução de ideias alheias.

Essa modalidade de pesquisa é muito utilizada nas ciências humanas e sociais, especialmente quando o objetivo é discutir conceitos, categorias teóricas, abordagens metodológicas ou propostas pedagógicas. Como aponta Severino (2014), ela permite ao pesquisador situar seu objeto de estudo no campo do saber, identificar as principais correntes teóricas que o influenciam e justificar suas escolhas conceituais. Na prática, a pesquisa bibliográfica contribui para a organização do pensamento do pesquisador, aumentando sua visão sobre o tema e favorecendo a construção de um referencial crítico e fundamentado. Por meio dela, é possível mapear os debates acadêmicos já existentes, perceber tendências teóricas e metodológicas, e, a partir disso, posicionar-se dentro de um campo científico específico.

Além disso, a pesquisa bibliográfica pode ser utilizada como etapa inicial de outras modalidades de pesquisa, como a pesquisa de campo e a pesquisa documental. Nesse sentido, ela oferece os fundamentos teóricos necessários para a formulação de hipóteses, a definição de objetivos, a escolha dos instrumentos de coleta de dados e a interpretação dos resultados. O caráter bibliográfico também garante à pesquisa um compromisso ético e científico com a produção de conhecimento prévio acumulado. Ao recorrer às contribuições de outros estudiosos, o pesquisador reconhece que o saber é uma construção coletiva e histórica, e que nenhuma investigação parte do zero. O estudo das fontes bibliográficas, portanto, é parte integrante da atividade científica, garantindo rigor, coerência e legitimidade ao trabalho acadêmico.

A pesquisa bibliográfica também exige habilidades específicas por parte do pesquisador, como a capacidade de selecionar fontes confiáveis, de fazer leituras críticas e comparativas, de estabelecer relações entre autores, de identificar

conceitos-chave e de construir sínteses originais. Esse processo demanda tempo, dedicação e postura investigativa, pois é por meio da leitura e análise criteriosa dos textos que o pesquisador será capaz de construir um discurso próprio, fundamentado e autoral. Por fim, é importante destacar que, no contexto atual, a pesquisa bibliográfica se ampliou com o uso de fontes digitais, como bases online de dados, periódicos eletrônicos, bibliotecas virtuais e plataformas acadêmicas. Isso proporciona um acesso mais amplo e rápido à produção científica, mas também exige critérios mais rigorosos para seleção e avaliação das fontes utilizadas.

A pesquisa bibliográfica ocupa um lugar central no campo da educação, especialmente por possibilitar a construção de referenciais teóricos consistentes e o aprofundamento de debates pedagógicos fundamentais, por meio dela os educadores e pesquisadores podem compreender melhor o que já se sabe, os marcos históricos e teóricos que orientam a prática educativa e os desafios atuais que exigem reflexão crítica e fundamentação científica.

No universo educacional, a pesquisa bibliográfica permite que se acessem os principais estudos realizados sobre temas específicos, facilitando o entendimento das diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que influenciam o processo de ensino-aprendizagem. Ela é essencial para a construção de trabalhos acadêmicos, como monografias, dissertações, teses e artigos científicos, servindo como base para a delimitação do problema de pesquisa, a formulação de objetivos e hipóteses, bem como para a análise dos dados. Segundo Guerra e Moura (2023), a pesquisa bibliográfica fortalece a formação docente ao possibilitar a construção de um conhecimento crítico e atualizado, favorecendo práticas pedagógicas mais embasadas e coerentes com os desafios sociais. Diante disso, ela permite que o educador compreenda a educação como um evento dinâmico, historicamente situado e atravessado por dimensões sociais, políticas, culturais, psicológicas e econômicas.

A pesquisa bibliográfica contribui para a valorização da produção científica, incentivando o diálogo entre pesquisadores, instituições e correntes de pensamento. Ao incluir diferentes autores, a pesquisa bibliográfica promove a troca de saberes e amplia a compreensão sobre os fenômenos educacionais, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento. No âmbito da Educação Infantil, a pesquisa bibliográfica é especialmente importante, pois permite o acesso a estudos que abordam o desenvolvimento infantil, as práticas pedagógicas

específicas para essa etapa, os direitos das crianças, o papel do educador, entre outros aspectos fundamentais. A partir da leitura crítica desses estudos, o educador pode (re)pensar suas práticas, desenvolver estratégias mais eficazes e éticas, e contribuir para a construção de uma escola mais acolhedora, democrática e respeitosa das infâncias.

A pesquisa bibliográfica na área da educação também promove o diálogo entre teoria e prática, com isso, ao revisitar os conceitos, categorias e experiências relatadas na literatura científica, o pesquisador pode estabelecer conexões com sua própria vivência e realidade profissional. Esse processo é enriquecedor e formativo, por isso proporciona a ressignificação da prática do professor a partir da fundamentação teórica, contribuindo para a profissionalização e o aprimoramento da ação docente.

Outro aspecto relevante é que a pesquisa bibliográfica permite identificar lacunas existentes na produção científica e possibilita conhecer as discussões já realizadas sobre o assunto, favorecendo a construção de um embasamento teórico sólido e atualizado. Para Guerra e Moura (2021, p. 597),

esta modalidade de pesquisa desempenha um papel vital na condução de estudos educacionais, fornecendo uma base sólida de conhecimento teórico, identificando lacunas na literatura, embasando as argumentações de forma consistente, economizando tempo e recursos, e mantendo o pesquisador atualizado.

Ou seja, temas pouco explorados ou abordagens ainda iniciais, podem se constituir em novos objetos de investigação. Sob esta ótica, serão utilizados artigos científicos publicados em bases de dados reconhecidas que abordem a temática da educação para a sexualidade na Educação Infantil.

A pesquisa bibliográfica, ao ser inserida no campo educacional, transcende a mera atividade acadêmica e assume um papel formativo e transformador. Ela oferece embasamentos teóricos para a análise crítica da realidade, fortalecendo a capacidade de argumentação e escrita, estimulando o pensamento reflexivo e contribuindo para o desenvolvimento de uma postura investigativa por parte dos educadores e pesquisadores. Portanto, compreender a importância da pesquisa bibliográfica na educação é reconhecer seu papel na construção de uma escola mais crítica, autônoma e comprometida com a formação integral dos sujeitos. A

leitura, a análise e a síntese de obras científicas constituem não apenas uma exigência curricular, mas uma necessidade pedagógica para todos aqueles que atuam no campo educacional com seriedade e compromisso.

O primeiro grupo de textos, voltado para a infância, contempla autores que discutem a criança como sujeito histórico, social e de direitos. Entre eles, destacam-se Piaget (1964) e Vygotsky (1991), que afirmam que a aprendizagem infantil ocorre de forma ativa, sendo resultado tanto das experiências que a criança vivencia quanto das interações sociais que estabelece em seu ambiente. Também são fundamentais as contribuições de Sarmiento (2004), que analisa a sociologia da infância e a importância de reconhecer a criança como ator social, ativo na produção de cultura e de significados. De Xavier Filha (2017), que ao investigar as falas infantis sobre gênero e sexualidade, percebe que as crianças já demonstram certo conhecimento sobre essas questões, o que evidencia a importância da mediação escolar para que essa compreensão seja orientada de maneira saudável. Esses textos foram escolhidos porque contribuem para a construção de um olhar respeitoso sobre a criança, valorizando sua autonomia e sua condição de sujeito de direitos.

O segundo grupo de textos, voltado para a educação para a sexualidade, reúne autores e obras que problematizam os discursos de gênero, diversidade e sexualidade no contexto escolar. Louro (1999), por exemplo, analisa como a escola participa da construção de identidades de gênero e de sexualidade, mesmo quando evita tratar desses temas explicitamente. Vianna (2012) destaca o papel das políticas públicas na inserção das questões de gênero e sexualidade no currículo escolar brasileiro, apontando avanços e retrocessos nesse processo. Já Campos e Miranda (2022) discutem os desafios enfrentados por professores da Educação Infantil ao abordar a sexualidade em sala de aula, evidenciando resistências institucionais, pressões familiares e lacunas na formação docente. Esses textos foram escolhidos porque permitem compreender as tensões em torno da temática, ao mesmo tempo em que oferecem subsídios teóricos para pensar estratégias pedagógicas que tornem a escola um espaço mais acolhedor e seguro para as crianças.

A escolha dos textos foi orientada por critérios rigorosos, que incluíram a atualidade das discussões, a relevância teórica, a qualidade editorial e a consistência argumentativa das obras. Foram priorizados materiais publicados em

editoras acadêmicas reconhecidas, artigos indexados em bases científicas confiáveis, bem como documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010). Além disso, buscou-se considerar diferentes perspectivas teóricas, de modo a construir uma visão ampla e crítica sobre os temas.

O caráter exploratório desta pesquisa surgiu pela necessidade de compreender de forma geral a importância da inserção da educação para a sexualidade no ambiente escolar durante a primeira infância, os marcos legais e curriculares que dão sustentação à prática pedagógica, e as possibilidades de construção de um trabalho educativo que respeite os direitos das crianças, promova o autoconhecimento e contribua para a prevenção de violências. Segundo Minayo (2009 *apud*. Campos *et. al.*, 2023, p. 98), a pesquisa exploratória "consiste na produção de todo o projeto de pesquisa e preparação dos procedimentos para entrada em campo". Dessa forma, esta pesquisa pretende levantar reflexões sobre a relevância da educação para a sexualidade na Educação Infantil, bem como destacar as possibilidades de abordar esse assunto.

Vale salientar que foram incluídos textos que discutem a formação docente para o trabalho com sexualidade na escola, analisando as lacunas existentes nos cursos de licenciatura e as propostas de formação continuada. Essa vertente teórica é essencial para compreender os desafios enfrentados pelos professores e as estratégias possíveis para superá-los. Ambos os grupos de textos foram analisados criticamente, com o objetivo de identificar contribuições, convergências e divergências. A leitura dos materiais foi orientada pelos objetivos da pesquisa e pelas questões norteadoras previamente definidas, permitindo a construção de um panorama teórico robusto e coerente com a proposta investigativa.

Durante a análise, buscou-se relacionar os textos entre si, estabelecendo conexões entre autores e ideias, de modo a construir uma compreensão ampla e integrada sobre o tema. Assim, a metodologia adotada nesta pesquisa permitiu uma aproximação crítica e ética com o objeto de estudo, respeitando sua complexidade e buscando contribuições efetivas para o campo educacional. A partir da pesquisa qualitativa e bibliográfica, foi possível construir um olhar sensível, fundamentado e propositivo sobre a importância da educação para a sexualidade na formação das crianças pequenas.

Para selecionar o material a ser analisado, será utilizado como critério a sua

relevância acadêmica, a atualidade do debate e a relação ao tema central: a importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil. Para isso, serão priorizados estudos em que as informações estejam atualizadas e alinhadas às discussões contemporâneas sobre o assunto, também serão consultadas páginas da web de instituições educacionais e revistas online confiáveis, que tenham como base evidências científicas. A seleção cuidadosa dos materiais bibliográficos partiu da necessidade de construir uma base teórica sólida, capaz de sustentar a reflexão crítica e a análise aprofundada dos aspectos relacionados à infância, ao desenvolvimento infantil e à abordagem da sexualidade no contexto escolar.

No grupo de textos sobre infância, foram escolhidas obras que tratam da criança como sujeito histórico, social e de direitos, que enfatizam a importância da escuta sensível e da valorização das múltiplas linguagens infantis. Os textos de Ariès (1986), Postman (1999), Bujes (2001), Sarmiento (2004), Xavier Filha (2014), entre outros, foram escolhidos por contribuírem para a compreensão do desenvolvimento integral das crianças e para evidenciar a importância de práticas pedagógicas que respeitem sua singularidade e seus direitos. Também foram considerados textos que abordam os marcos legais que garantem a proteção da infância, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

No grupo voltado à educação para a sexualidade, foram escolhidos textos de Silva (2023), Teixeira (2014), Louro (1997), Bastos e Lima (2021), Oliveira e Oliveira (2018), Xavier Filha (2017), Campos e Miranda (2022), Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013), entre outros, que discutem as concepções contemporâneas de sexualidade, a superação de tabus, a importância da abordagem preventiva e pedagógica, e os desafios enfrentados pelos educadores nesse campo. A escolha destes textos também se deve ao fato de que muitos professores ainda demonstram insegurança ou resistência ao tratar do tema, seja por falta de formação adequada, seja por pressões socioculturais ou familiares. Assim, os textos selecionados fornecem fundamentos teóricos e estratégias práticas que podem orientar a ação docente e fortalecer o papel da escola na promoção de uma sexualidade saudável e consciente.

Os textos foram escolhidos também por dialogarem com a prática profissional da pesquisadora, que atua em uma escola de Educação Infantil e vivencia, no cotidiano, os desafios e as potencialidades do trabalho com crianças

pequenas. A articulação entre teoria e prática foi, portanto, um critério importante na seleção das fontes, pois se buscou construir um referencial que não apenas explicasse os fenômenos estudados, mas que também oferecesse subsídios para a atuação pedagógica.

Em síntese, a escolha dos textos utilizados nesta pesquisa foi orientada por critérios de relevância, atualidade do debate – não necessariamente cronológica –, confiabilidade, coerência com os objetivos do estudo e afinidade com a prática docente. O conjunto de obras selecionadas possibilitou a construção de um referencial teórico consistente e reflexivo, que embasou toda a investigação e contribuiu significativamente para o aprofundamento do debate sobre a importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil.

3. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Educação Infantil, conforme estabelecido no artigo 29 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é a primeira etapa da Educação Básica. Essa legislação define a finalidade da Educação Infantil como “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996). Mais do que um espaço de acolhimento, a Educação Infantil deve ser entendida como um direito, previsto em documentos legais e pedagógicos que reconhecem a criança como sujeito histórico, social e de direitos.

Ao compreender a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, parte-se do pressuposto de que ela não deve se restringir ao cuidado assistencialista, mas sim se assumir como prática educativa comprometida com o desenvolvimento físico, emocional, social, cognitivo e cultural das crianças. Como afirma Silva (2023, p. 351), “a infância, longe de ser apenas um universal homogêneo que captura subjetividades, é o efeito da produção de dispositivos pedagógicos”, isso significa que devemos considerar a infância como uma fase singular, repleta de potencialidades e de necessidades próprias, que demandam uma ação pedagógica intencional e fundamentada teoricamente. Assim, o trabalho na Educação Infantil envolve tanto o cuidar quanto o educar, integrados de forma indissociável, para garantir que a criança viva plenamente sua infância e, ao mesmo tempo, prepare-se para os desafios futuros da vida escolar e social.

A Educação Infantil constitui um ambiente de experiências formativas, em que as crianças constroem conhecimentos, desenvolvem habilidades, expressam sentimentos e aprendem a conviver em sociedade. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI/2009), esta etapa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Essa definição amplia a visão de que a Educação Infantil não se restringe a uma função compensatória, mas sim a um espaço privilegiado de vivências que promovem a cidadania desde cedo.

3. 1. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para compreender a Educação Infantil como a conhecemos hoje, é necessário revisitar sua trajetória histórica, marcada por profundas transformações nas concepções de infância, de criança e de educação.

Na Idade Média, a criança era vista muitas vezes como “adulto em miniatura”, sem o reconhecimento das suas especificidades. A infância não era vista como uma categoria social diferente. Foi somente a partir da Idade Moderna que começou a se consolidar uma visão diferenciada sobre esse período da vida. De acordo com Ariès (1986) e Postman (1999), a noção de infância como etapa separada da vida adulta é construção relativamente recente, que surgiu entre os séculos XVI e XVII, quando a criança passou a ser percebida como um ser em desenvolvimento que merece cuidados específicos.

No campo da educação, Piaget (1964) e Vygotsky (1991) reforçaram a visão da criança como ser ativo no processo de aprendizagem, que constrói conhecimento a partir de suas interações com o mundo físico e social. Essa perspectiva rompeu com concepções passivas e trouxe à tona a noção de infância como período de intensa atividade cognitiva, emocional e social. Atualmente, a concepção de infância consolidada nos documentos oficiais brasileiros, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Brasil, 1996) e as DCNEI (Brasil, 2009), compreende a criança como sujeito histórico e de direitos, produtor de cultura, participante ativo da sociedade e protagonista de seu processo educativo. Essa visão valoriza as variadas linguagens infantis, reconhecendo que as crianças aprendem por meio de gestos, brincadeiras, movimentos, expressões artísticas,

interações e explorações.

Segundo Sarmento (2004), essa mudança de concepções implica em reconhecer que as crianças são ativas na construção de sua própria cultura e de suas relações, elas são produtoras de saberes, e não apenas meras receptoras. Já a infância deve ser entendida não apenas como etapa preparatória para a vida adulta, mas como tempo de vida que deve ser vivido em sua plenitude, portanto, reconhecer a criança como sujeito implica respeitar também sua sexualidade enquanto dimensão constitutiva da vida humana. A compreensão da infância como uma fase crucial do desenvolvimento, com características e necessidades próprias, é a base que sustenta a pedagogia da Educação Infantil. Como afirma Bujes (2001), a infância é um conceito que se constrói por meio de "maquinarias" sociais e culturais, que a produzem e a normatizam. A escola, nesse sentido, é uma dessas "maquinarias", pois ela produz um determinado tipo de infância, com base em suas práticas, discursos e currículos.

No Brasil, a trajetória da Educação Infantil também foi marcada por mudanças significativas. Durante muito tempo, o atendimento às crianças esteve vinculado a instituições de caráter assistencialista, como asilos, creches e orfanatos, cujo objetivo era sobretudo cuidar dos filhos das classes trabalhadoras enquanto seus pais exerciam atividades laborais. Esse modelo priorizava o cuidado físico, mas não reconhecia a importância do educar na infância. Somente a partir da segunda metade do século XX, influenciada por movimentos sociais e debates pedagógicos, a Educação Infantil começou a ser compreendida como direito da criança e dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 representou marco fundamental, ao garantir em seu Artigo 208 o direito à educação desde a creche e a pré-escola.

Esse avanço foi estabelecido com a promulgação da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que incluiu a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) representou um grande marco na história da Educação Infantil brasileira. Pela primeira vez, essa etapa foi formalmente incluída como parte integrante da Educação Básica, ao lado do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Segundo o artigo 29 da LDB,

a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil, 1996).

Esse artigo expressa de maneira clara que a Educação Infantil não é mera preparação para etapas posteriores, mas possui objetivos próprios, voltados à formação integral da criança.

A LDB (Brasil, 1996) também estabelece, em seu artigo 30, que a Educação Infantil deve ser oferecida em duas modalidades: creche, para crianças de até três anos de idade, e pré-escola, para crianças de quatro a cinco anos. Esse reconhecimento consolidou o direito à educação desde os primeiros anos de vida, reafirmando a responsabilidade do Estado em assegurar condições adequadas de atendimento. Outro ponto relevante é a ênfase da LDB na articulação entre escola, família e comunidade. Ao destacar que a Educação Infantil deve complementar a ação da família, a lei reconhece que a formação da criança é responsabilidade compartilhada, dever da família e do Estado, que exige diálogo e parceria entre os diferentes espaços de socialização.

Outro passo importante foi a aprovação das DCNEI em 2009, que consolidaram princípios fundamentais como o respeito às especificidades da criança, a valorização do brincar e das interações, a indissociabilidade entre cuidar e educar, a promoção da diversidade e da igualdade, e a participação da família e da comunidade no processo educativo. Um dos princípios fundamentais da Educação Infantil é a indissociabilidade entre cuidar e educar, mas, durante muito tempo, o cuidado foi considerado atividade secundária, muitas vezes restrito a tarefas de higiene, alimentação e segurança, vistas como funções meramente assistenciais. Por outro lado, o educar era associado ao ensino de conteúdos formais, geralmente vinculados à preparação para o Ensino Fundamental.

Com a aprovação das DCNEI (Brasil, 2009) essa dicotomia foi superada ao afirmar que cuidar é também educar e educar é também cuidar, ou seja, as práticas de cuidado, como trocar fraldas, oferecer alimentação ou acompanhar o descanso, não são momentos neutros, mas oportunidades educativas em que se ensina sobre autonomia, respeito ao corpo, hábitos de higiene, convivência e autocuidado. Da mesma forma, atividades pedagógicas, como rodas de leitura ou jogos de construção, devem ser realizadas em clima de cuidado, garantindo que a criança se

sinta acolhida, respeitada e valorizada. Assim, cuidar e educar não são dimensões separadas, mas complementares e indissociáveis.

Essa indissociabilidade ganha uma relevância especial quando a relacionamos com a educação para a sexualidade. Ensinar as crianças a cuidarem de seus corpos, respeitarem seus limites e reconhecerem a importância da higiene, da privacidade e do autocuidado é parte essencial da prática pedagógica. Desse modo, a indissociabilidade entre cuidar e educar torna-se eixo fundamental para a promoção de uma sexualidade saudável e consciente desde a infância.

Em resumo, a trajetória histórica da Educação Infantil nos mostrou que ela passou de um modelo assistencialista para uma concepção pedagógica e cidadã, fundamentada em direitos e voltada para o desenvolvimento integral da criança. Esse movimento foi acompanhado de mudanças sociais mais amplas, que reconheceram a infância como etapa fundamental da vida e a criança como sujeito de direitos, protagonista de seu processo educativo.

3. 2. A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Estudos na área da psicologia do desenvolvimento, da pedagogia e da sociologia da infância têm demonstrado que os primeiros anos de vida são decisivos para a formação das estruturas cognitivas, emocionais e sociais que acompanharão o indivíduo ao longo de sua existência. A Educação Infantil, nesse sentido, tem um papel central na promoção de experiências que potencializam essas áreas do desenvolvimento. De acordo com Piaget (1964) e Vygotsky (1991), a criança aprende ativamente em interação com o meio, construindo conhecimentos a partir de suas próprias ações e das relações sociais que estabelece. A escola de Educação Infantil, portanto, deve ser espaço de estímulo, de exploração e de convivência, onde a criança possa exercitar sua curiosidade, sua imaginação e sua capacidade de expressão.

O brincar, considerado linguagem própria da infância, ocupa lugar central nesse processo. É por meio dele que a criança experimenta papéis, elabora sentimentos, resolve conflitos e compreende regras sociais. Além do brincar, a convivência com outras crianças e adultos em um ambiente estruturado contribui para a formação da identidade e para o desenvolvimento da autonomia. Além disso, é importante ressaltar que a Educação Infantil não deve ser vista apenas como

forma de preparar para o Ensino Fundamental, mais do que aprender conteúdos, a criança nessa fase precisa vivenciar situações que favoreçam o desenvolvimento integral, ou seja, aprender a cuidar de si, a respeitar o outro, a lidar com diferenças, a reconhecer seus direitos e deveres.

A prática pedagógica na Educação Infantil é o conjunto de experiências, estratégias e interações que os professores desenvolvem para garantir que as crianças aprendam, cresçam e se expressem em todas as áreas do desenvolvimento. Essa prática precisa estar em sintonia com os princípios legais e orientadores estabelecidos pela LDB e pelas DCNEI, respeitando as especificidades da infância e promovendo o desenvolvimento integral. Ao contrário da visão que durante muito tempo marcou a Educação Infantil, a prática pedagógica atual não pode ser vista apenas como preparação para o Ensino Fundamental. Ela tem seus objetivos próprios, que incluem a valorização do brincar, a promoção de interações, a garantia de direitos de aprendizagem e a formação de cidadãos críticos.

Podemos afirmar que o brincar ocupa lugar muito importante nessa prática pedagógica, e mais do que atividade lúdica, o brincar é reconhecido como forma de linguagem própria da infância, por meio desta ela explora o mundo, experimenta papéis sociais, elabora sentimentos e desenvolve a imaginação. Nesse sentido, cabe ao professor propiciar ambientes ricos em possibilidades, que estimulem a curiosidade, a cooperação e a criatividade. Além do brincar, a prática pedagógica deve incluir atividades que possibilitem o contato com a natureza, com diferentes linguagens artísticas, com a literatura infantil, com jogos de movimento e com atividades que incentivem a exploração do corpo e do ambiente. Essas experiências possibilitam que a criança construa conhecimento de forma integral, da razão, da emoção, da imaginação e da corporeidade.

Outro elemento essencial da prática pedagógica é a escuta atenta da criança. Como já dito, por muitos séculos a criança foi vista como um “adulto em miniatura”, sem especificidades próprias. Essa concepção negava a singularidade da infância e reduzia o papel da criança a alguém que somente seria importante quando atingisse a idade adulta. Com a modernidade, Ariès (1986) afirma que a infância começou a ser reconhecida como categoria social distinta. Essa mudança não ocorreu de forma linear ou homogênea, mas representou marco importante no reconhecimento da criança como sujeito com necessidades e direitos próprios.

Mais do que transmitir conteúdos, o professor precisa estar disponível para ouvir as perguntas, dúvidas, hipóteses e expressões infantis, valorizando-as como ponto de partida para novas aprendizagens. Essa postura de escuta é especialmente importante quando se trata da sexualidade, pois muitas vezes são as próprias crianças que trazem questionamentos espontâneos sobre o corpo, as relações e os sentimentos. A prática deve também valorizar a diversidade cultural e social. A escola precisa ser espaço de respeito às diferentes identidades, culturas e modos de vida, possibilitando que as crianças aprendam desde cedo a conviver com a diversidade. Trabalhar a sexualidade na Educação Infantil implica, necessariamente, promover uma educação inclusiva, que respeite diferenças de gênero, de corpo, de expressão e de identidade.

A ação docente na Educação Infantil é complexa e multifacetada, e por isso exige do professor não apenas conhecimento pedagógico, mas também sensibilidade, ética e compromisso social. Nessa etapa da Educação Básica o professor não deve ser um simples transmissor de conteúdos, mas sim um mediador de experiências e pesquisador de sua prática. O professor precisa entender que as crianças aprendem em interação com o meio, por isso, deve organizar ambientes que favoreçam a curiosidade, a autonomia e a exploração, sem esquecer de se atentar às necessidades individuais, respeitando ritmos e estilos de aprendizagem. A prática pedagógica inclui tanto o planejamento das atividades quanto a capacidade de acolher situações inesperadas. Muitas vezes, os momentos mais significativos de aprendizagem surgem das interações, das brincadeiras livres ou de perguntas inesperadas das crianças. Nesse sentido, o professor deve estar preparado para transformar qualquer situação em oportunidade educativa.

O professor da Educação Infantil deve atuar como um mediador que estimula a curiosidade e o pensamento crítico das crianças. As DCNEI (Brasil, 2009) estabelece que a criança é sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, “constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. Essa concepção também é o cerne da discussão sobre a educação para a sexualidade.

A criança, ao questionar sobre o seu corpo, de onde vem os bebês, as

diferenças entre meninos e meninas, não o faz de forma sexualizada, mas sim por sua natureza curiosa e investigativa. O professor que compreende a criança como um sujeito ativo e curioso sabe que essas perguntas devem ser acolhidas com naturalidade, seriedade e de forma pedagógica, e não serem ignoradas ou reprimidas. De acordo com Xavier Filha (2017), que analisa as representações de gênero e sexualidade nas falas das crianças, mostra como elas já têm um entendimento sobre esses temas, o que reforça a necessidade de a escola mediar essa construção de forma saudável.

No campo da sexualidade, essa postura é ainda mais necessária pois as crianças frequentemente manifestam curiosidade sobre o corpo, diferenças entre meninos e meninas ou gestos de afeto, e se o professor ignora essas manifestações, transmite a mensagem de que são proibidas ou vergonhosas. Por outro lado, se as acolhe com sensibilidade e responde de forma adequada à idade, ajuda a criança a desenvolver uma visão saudável e respeitosa da sexualidade. Outro aspecto essencial da ação docente é a intencionalidade pedagógica, ele precisa planejar suas aulas de forma consciente, tendo clareza dos objetivos educativos e dos direitos de aprendizagem das crianças, isso inclui pensar em propostas que integrem o cuidar e o educar, e que considerem a sexualidade como dimensão constitutiva do sujeito.

Diante desses fatos, a formação continuada é indispensável para que o docente desenvolva competências nessa área. Infelizmente, muitos cursos de Pedagogia ainda oferecem pouca preparação para lidar com a temática da sexualidade, o que faz com que professores se sintam inseguros. Investir em formação deve ser considerado como um caminho indispensável para qualificar a ação docente.

Outro ponto crucial na prática pedagógica é a relação entre escola e família, que é um dos pilares da Educação Infantil. Tanto a LDB quanto as DCNEI ressaltam que a Educação Infantil deve complementar a ação da família, o que significa reconhecer que a formação da criança é responsabilidade compartilhada. Essa parceria é fundamental porque a criança passa diariamente entre esses dois contextos, levando para a escola os valores e as experiências familiares, e levando para casa as aprendizagens escolares. Quando escola e família trabalham em sintonia, a criança vive experiências coerentes, que favorecem seu desenvolvimento.

No entanto, quando há conflito ou distanciamento entre esses diferentes espaços, a criança pode enfrentar dificuldades, e isso é muito evidente quando se trata da educação para a sexualidade. Muitas famílias ainda veem o tema como tabu, acreditando que não deve ser tratado na infância ou que a escola estaria influenciando comportamentos sexualizados. Nesses casos, o diálogo torna-se essencial. A escola deve investir em estratégias de comunicação transparentes, como reuniões, rodas de conversa, oficinas e materiais explicativos, para esclarecer os objetivos da educação para a sexualidade e mostrar que o propósito não é sexualizar precocemente, mas promover respeito, autocuidado e proteção contra abusos. Ao aproximar as famílias do processo, a escola fortalece a confiança mútua e amplia a rede de proteção das crianças.

Além disso, a valorização das diferentes configurações familiares é outro ponto crucial. Crianças vivem em lares diversos podendo ser com mãe e pai, apenas com a mãe, apenas com o pai, com avós, com dois pais ou duas mães, entre outras possibilidades. A escola precisa respeitar e legitimar essa diversidade, evitando discriminações e garantindo que todas as crianças se sintam representadas e acolhidas. Também é importante ressaltar que a parceria escola e família não significa ausência de conflitos, pois diferenças de valores e crenças sempre existirão, mas o diálogo deve ser a ferramenta para mediar essas diferenças, sempre com foco no melhor interesse da criança.

Diante do exposto, foi possível perceber que a Educação Infantil é uma etapa muito importante da Educação Básica, reconhecida pela legislação brasileira como direito da criança e dever do Estado e da família. Sua importância não é apenas no desenvolvimento cognitivo, mas também no aspecto social, emocional, ético e cultural. Nesse contexto, torna-se evidente que a educação para a sexualidade é parte fundamental da Educação Infantil. Se a finalidade dessa etapa é o desenvolvimento integral, não é possível ignorar a sexualidade, que atravessa a vida humana desde o nascimento, trabalhar a sexualidade na infância não significa antecipar experiências adultas, mas sim promover autoconhecimento, respeito, proteção e valorização da diversidade.

A indissociabilidade entre cuidar e educar é extremamente relevante, pois ensinar a criança a cuidar do próprio corpo, a respeitar limites, a valorizar a higiene e a privacidade são práticas que, ao mesmo tempo, educam e protegem. Esse cuidado pedagógico é um dos principais objetivos da educação para a sexualidade.

Outro ponto de destaque é o brincar, as interações lúdicas possibilitam que as crianças explorem sentimentos e relações de forma simbólica e criativa. O professor, ao mediar essas aulas, pode orientar para que as crianças sejam respeitosas e inclusivas, evitando práticas discriminatórias e fortalecendo valores de empatia e solidariedade.

A parceria entre escola e família, essencial na Educação Infantil, é igualmente essencial na educação para a sexualidade. A escola precisa dialogar com os responsáveis, esclarecendo que sua proposta pedagógica não tem como objetivo substituir valores familiares, mas sim proteger as crianças e ampliar seus horizontes de convivência. Essa parceria é indispensável para enfrentar resistências e garantir que a criança viva experiências coerentes e enriquecedoras.

É preciso reconhecer que a educação para a sexualidade, ao ser inserida na Educação Infantil, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e respeitosos, ajudando a prevenir violências, a combater preconceitos e a construir uma sociedade mais crítica e consciente.

4. EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

4.1. O QUE É EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE?

A abordagem da sexualidade na educação passou por diversas transformações. Segundo Ribeiro (2007, *apud*. Teixeira, 2014), antigamente, a educação para a sexualidade era vista com uma perspectiva biológica e higienista, com a finalidade de regular a reprodução e prevenir doenças. A sexualidade era tratada de forma misteriosa e era considerada um assunto que deveria ser abordado exclusivamente pela família (Louro, 1997). Essa visão reguladora, muitas vezes era reforçada por valores religiosos e morais, negligenciando a vasta dimensão da sexualidade humana.

A educação para a sexualidade é um processo contínuo e interdisciplinar, fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Foucault (1977, *apud*. Bastos; Lima, 2021) argumentou que a sociedade, ao invés de reprimir a sexualidade, produziu sobre ela um vasto conjunto de discursos como forma de controle e normalização. Essa proliferação discursiva moldou a forma como a sociedade enxerga o corpo e o prazer, e como os educadores reagem a essas manifestações.

A educação para a sexualidade não pode ser compreendida como um tema isolado ou uma disciplina à parte, limitada a aulas de biologia sobre anatomia, reprodução e à prevenção de doenças, mas também tem a ver com aspectos afetivos, sociais, culturais e éticos. Ela se configura como um processo amplo, contínuo e que se manifesta em todas as etapas da vida, desde o nascimento até a morte. Freud (1994, apud. Bastos; Lima, 2021), em sua teoria da sexualidade infantil, rompeu com a imagem da criança assexuada e inocente, demonstrando que o erotismo e o prazer se manifestam desde os primeiros anos de vida.

Segundo Oliveira e Oliveira (2018), desde pequenas, as crianças já têm uma noção de sexualidade, que se revela de várias maneiras durante o crescimento. Quando somos crianças, essa expressão aparece nos gestos, nas brincadeiras, na curiosidade sobre o corpo e o outro. Tudo isso é parte de como elas aprendem quem são, como se relacionam com os outros e constroem sua identidade. Então, a sexualidade infantil não é só sobre o corpo, mas principalmente sobre como a criança entende o mundo, demonstra afetos e se percebe enquanto pessoa. A sexualidade, nesse sentido, é uma construção social, histórica e política, e não uma essência natural ou inata que surge apenas na adolescência

A sexualidade infantil faz parte da forma natural que as crianças se desenvolvem. Segundo Bastos e Lima (2021, p. 25), "a curiosidade sexual infantil é especial porque decorre de seu instinto investigativo geral, de seu desejo primitivo de entender o mundo". Por isso, os adultos, especialmente os professores, precisam escutar com atenção e respeito, acolhendo esses comportamentos sem julgar ou reprimir, mas também evitando estimular de forma inadequada.

A escola tem um papel importante em criar um ambiente seguro, onde as crianças possam conhecer seu próprio corpo, entender suas emoções e aprender sobre respeito e limites. Como afirma Vianna (2012), há uma necessidade de que os professores recebam uma formação mais crítica, que as políticas educacionais levem em conta a diversidade de forma mais estruturada e a superação dos padrões tradicionais que mantêm as desigualdades de gênero e sexualidade. Quando a escola fica em silêncio sobre o assunto da sexualidade, pode acabar reforçando as desigualdades, os estigmas e as vulnerabilidades.

Além de tudo isso, a sexualidade precisa ser vista como uma construção social, atravessada por discursos, regras e relações de poder existentes. Louro (1997) fala que aprender sobre sexualidade também envolve entender como os

corpos e desejos são considerados ‘normais’ ou ‘fora do padrão’. A autora reforça que a educação para a sexualidade deve desafiar os modelos tradicionais de gênero e combater preconceitos, ajudando a promover um respeito maior à diversidade de corpos e identidades.

Além disso, a formação dos professores é muito importante nesse processo. Muitos profissionais relatam dificuldades ao abordar a sexualidade na infância, seja porque não se sentem preparados ou por medo da reação das famílias. Se o adulto ficar em silêncio, pode acabar reforçando ideias erradas ou deixando as crianças mais vulneráveis a situações de abuso. Por isso, é fundamental investir na formação contínua dos professores, para que eles se sintam seguros e saibam lidar com o tema de forma sensível e responsável. Entender que a educação para a sexualidade está vinculada ao âmbito dos direitos humanos e da cidadania é fundamental. Quando as crianças têm acesso a informações claras e adequadas sobre seus corpos, sentimentos e limites, elas ficam mais protegidas de abusos e aprendem a construir relações mais saudáveis e respeitosas.

A educação para a sexualidade deve ser compreendida como um processo amplo, que vai além da transmissão de informações biológicas sobre reprodução, sendo antes uma prática pedagógica que articula gênero, corpo, cultura e relações sociais. De acordo com Jane Felipe (2007, *apud*. Xavier Filha, 2017), o termo “educação para a sexualidade” é mais abrangente ao refletir sobre prazeres e desejos, não limitando a sexualidade apenas ao ato sexual, mas abrindo espaço para diferentes discussões e abordagens que ultrapassam a visão exclusivamente biológica, podemos então considerar que esse termo é mais adequado porque leva em consideração a pluralidade de significados sobre a sexualidade.

Portanto, a educação para a sexualidade hoje é compreendida como uma etapa que objetiva o autoconhecimento e a criticidade. É um processo que busca questionar valores, crenças e costumes enraizados, para que a criança possa desenvolver uma visão positiva e saudável de sua própria sexualidade, livre de preconceitos e discriminações. A escola, como um espaço de socialização e de aprendizagem, tem a responsabilidade de acolher as dúvidas e curiosidades das crianças, oferecendo um ambiente seguro para o diálogo e a reflexão sobre o tema.

4. 2. A IMPORTÂNCIA DE ENSINAR SOBRE O CORPO E O RESPEITO DESDE A INFÂNCIA

A infância, como a primeira etapa da Educação Básica, é o período mais propício para se iniciar a educação para a sexualidade, pois é nesse momento que a criança constrói a base de sua identidade e de sua relação com o mundo. Como o próprio nome *infans* (do latim) sugere, a criança “é o ser que não fala” e, muitas vezes, a sexualidade infantil também pode ser entendida como aquilo sobre o qual não se fala, por isso, a escola tem o dever de dar voz a essa dimensão humana, rompendo com esse silêncio que a cerca.

Desde pequenas, as crianças começam a se conectar com o próprio corpo, com as outras pessoas e com o mundo ao redor delas. Ao entrar na escola, a criança amplia suas experiências por meio das interações com os colegas da sala. As brincadeiras, por exemplo, são o principal meio pelo qual as crianças exploram os limites do corpo, as diferenças entre os sexos, os papéis de gênero e as relações interpessoais. Por isso, é importante que o ensino sobre o corpo e o respeito faça parte das atividades na Educação Infantil. Quando a criança recebe orientações corretas, ela aprende coisas como estabelecer limites, entender sobre consentimento, sobre cuidar dos outros e sobre reconhecer quem ela é. Tudo isso ajuda a fortalecer sua autoestima, o sentimento de autoconceito, e, também, a desenvolver relações mais saudáveis e a respeitar as diferenças.

As crianças não são seres assexuados e não têm a sexualidade como uma semente adormecida que despertará apenas na adolescência, pelo contrário, o corpo do bebê já é fonte de prazer e de conhecimento desde o nascimento. Como afirma Freud (1994, apud. Bastos; Lima, 2021), a sexualidade infantil se manifesta em fases de desenvolvimento: oral (até os dois anos), anal (três a quatro anos) e fálica (três a seis anos), e, em cada uma dessas fases, o erotismo e a busca por prazer são vividos de forma particular, por meio das zonas erógenas. A amamentação, as carícias, os abraços e os afagos que a criança recebe de seus pais e cuidadores são as primeiras experiências de intimidade e de afeto. Portanto, o toque e a manipulação do próprio corpo, o chamado autoerotismo, são práticas naturais e saudáveis que a criança utiliza para explorar e conhecer a si mesma.

Como afirma Schindhelm (2009), “a sexualidade, presente em todas as manifestações e em todos os aspectos da vida humana, faz parte desse processo de educar, educar para o exercício do viver”. Ou seja, sexualidade não deve ser entendida apenas como ato sexual, ela é uma parte natural do desenvolvimento

humano, que envolve não só o corpo, mas também o afeto, o respeito e a identidade de cada um. Quando as escolas evitam falar sobre esse assunto ou fingem que não existe, elas acabam reforçando os mitos e os tabus acerca desse assunto.

Ensinar sobre o corpo e o respeito desde cedo é fundamental para que a criança aprenda a reconhecer seus limites, valorizar sua individualidade e respeitar o outro. De acordo com Xavier Filha (2014), alguns livros infantis que tratam de gênero, corpo e sexualidade orientam como os adultos devem agir em relação aos questionamentos das crianças sobre modos de compreender e lidar com essas questões da sexualidade, mas considerando a heterossexualidade como norma única e desejável. A autora destaca que os discursos presentes nessas obras “pretendem produzir uma infância ‘normal’, propondo um desenvolvimento infantil a partir de determinantes biológicos, médicos, psicológicos, sociais e, principalmente, morais” (Xavier Filha, 2014, p. 166).

Esse apontamento evidencia que os livros infantis não têm participação efetiva das crianças, na verdade utilizam linguagem e preceitos dos adultos com o objetivo de seguir com as normas e condutas aceitas socialmente. Isso nos mostra que se o corpo e o respeito não forem trabalhados de forma crítica e educativa desde a infância, as crianças podem ser limitadas por modelos normativos, perdendo a oportunidade de desenvolver uma visão saudável sobre si mesmas e sobre os outros.

De acordo com Silva (2023, p. 359), “a escola, ao funcionar como instituição normalizadora, tendo suas reverberações didático-curriculares funcionando como aparato de subjetivação, constrói uma aparência específica para as infâncias”, diante disso, a educação deve assumir a responsabilidade de promover reflexões que valorizem a diversidade e a singularidade da infância. Podemos afirmar que trabalhar o corpo e o respeito desde cedo também pode ser considerado um ato de prevenção. Como ressaltam Moizés e Bueno (2010, *apud*. Campos; Miranda, 2022, p. 112), “a escola precisa reassumir o trabalho de educação sexual, mas não para repreendê-la, e sim para mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família”. Assim sendo, a escola não toma o lugar da família, mas complementa o cuidado, garantindo que a criança tenha acesso a informações seguras e apropriadas de acordo com a sua faixa etária.

Outro ponto importante é usar estratégias de ensino que tenham a

ludicidade, a conversa e a acolhida como caminhos para trabalhar sobre o corpo. Brincar, por exemplo, é uma das formas mais naturais em que a criança mostra o que percebe sobre ela mesma e sobre os outros. Como destacado por Riva e Petrenas (2022, p. 352), “o brincar ocupa uma posição de importância no processo construtivo de identidade das meninas e meninos. [...] Abranger e ter respeito sobre as escolhas dos/as educandos/as é fundamental [...]”. Por isso, ensinar sobre o corpo e o respeito desde cedo é um passo fundamental para ajudar as crianças a se tornarem pessoas conscientes, respeitosas e preparadas para conviver bem socialmente, sempre valorizando a dignidade, a escuta e a proteção.

A consciência corporal, entendida como a unificação entre corpo e mente, é a base para o autoconhecimento e para a autoestima (Barros; Fabrício; Paz, 2023). Um indivíduo que conhece e respeita o próprio corpo, que entende suas sensações e seus limites, está mais preparado para estabelecer relações saudáveis e para identificar e reagir a situações de violência e abuso. Portanto, a importância de se abordar o corpo e o respeito na infância vem do fato de que é a partir desse conhecimento que a criança desenvolve sua autonomia e sua capacidade de se proteger.

4. 3. A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE COMO BASE PARA PREVENIR ABUSOS E PROMOVER O AUTOCUIDADO

A educação para a sexualidade na infância é, antes de tudo, uma estratégia de segurança e proteção. O silêncio sobre a sexualidade não protege as crianças, pelo contrário, as torna mais vulneráveis a abusos, à desinformação e ao sofrimento, portanto, ensinar à criança sobre o próprio corpo, dando a ela o nome correto de cada uma de suas partes, é o primeiro passo para que ela possa se expressar e denunciar se algo de errado acontecer (Lima; Maio, 2014). A ausência de um vocabulário adequado impede a criança de comunicar o abuso, e a desinformação faz com que ela não entenda o que está acontecendo e se sinta culpada.

Nesse sentido, a escola, junto com a família, tem o papel de ensinar a criança sobre o autocuidado e os limites do corpo. A criança precisa saber que seu corpo é seu, que ninguém pode tocá-la sem a sua permissão, e que ela tem o direito de negar qualquer toque ou brincadeira que a deixe desconfortável. É

fundamental que a criança aprenda a diferenciar os toques que expressam carinho e cuidado, como um abraço da mãe, daqueles que a agredem ou a deixam constrangida. A educação para a sexualidade, portanto, dá à criança a capacidade de reconhecer o que é uma situação de abuso e de pedir ajuda, rompendo o ciclo de silêncio e impunidade.

Podemos afirmar que a falta de uma educação para a sexualidade formal nas escolas acaba deixando as crianças mais vulneráveis a perigos, especialmente em situações de violência doméstica, na qual a maioria dos abusos acontece. Segundo Campos e Miranda (2022, p. 108),

é urgente desmistificar o conceito existente na sociedade brasileira de que a Educação Sexual é o ensino da prática sexual [...]. A Educação Sexual, dentre outros aspectos, busca ensinar às crianças e adolescentes a identificarem situações de risco e de abuso sexual [...].

Assim sendo, fica evidente que a abordagem da sexualidade nas escolas deve ser vista como instrumento educativo e protetivo, e não como um incentivo precoce à prática sexual.

Contudo, muitas vezes esse processo educacional é barrado por discursos morais e culturais cheios de tabu e repressão. Campos e Miranda (2022) destacam que ainda existe um discurso social bastante repressivo sobre a sexualidade, o que acaba dificultando a criação de espaços de conversa e acolhimento onde as crianças possam entender seus corpos e limites. A escola, ao assumir um papel que seja informativo e cuidadoso, ajuda a quebrar esses tabus e oferece um suporte importante na proteção da infância. Quando a sexualidade é vista como algo vergonhoso ou perigoso, ao invés de uma parte natural da vida, ela acaba silenciando as experiências das crianças e enfraquecendo a capacidade delas de se proteger. Por isso, é fundamental que a escola combata esses discursos limitantes e seja um espaço onde se promova uma abordagem que seja informativa, ética e acolhedora sobre o corpo e a sexualidade.

Para quebrar esse ciclo, é importante que a escola assuma seu papel de um espaço onde as crianças possam aprender de forma crítica. A educação para sexualidade deve ser trabalhada de forma contínua e planejada, integrando-se às atividades pedagógicas, com o objetivo de ajudar as crianças a entenderem seus

corpos, seus direitos e os limites que precisam ser respeitados. Dessa forma, a sala de aula se torna um ambiente seguro, onde as crianças podem tirar dúvidas, expressar sentimentos e, principalmente, aprender a identificar e denunciar qualquer situação de violência. Quando feita com cuidado e sensibilidade, a educação para a sexualidade vira uma ferramenta poderosa para fortalecer a autonomia das crianças e proteger a infância de forma mais efetiva.

A identificação de uma criança vítima de violência sexual é uma tarefa complexa, mas o professor, por ser uma pessoa próxima à criança, pode e deve estar atento aos sinais que ela emite. Sinais como alterações no comportamento, na linguagem, no rendimento escolar, agressividade, isolamento social, e até mesmo a manifestação da violência em desenhos ou brincadeiras, são indícios de que algo está errado e de que a criança precisa de ajuda (Lima; Maio, 2014). Nessas situações, a intervenção do professor deve ser feita com sensibilidade e de forma ética, ouvindo o relato da criança, mostrando confiança e denunciando o caso aos órgãos competentes (Lima; Maio, 2014).

4. 4. DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ABORDAR A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE EM AMBIENTES ESCOLARES

A prática pedagógica na Educação Infantil é, por natureza, lúdica, interativa e intencional, não se trata de uma simples brincadeira, mas de um planejamento cuidadoso do professor para que as interações e as brincadeiras se transformem em oportunidades de aprendizagem. A educação para a sexualidade na Educação Infantil enfrenta muitos desafios, mesmo sendo considerada como uma parte fundamental do desenvolvimento integral da criança. Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) destacam que a sexualidade ainda é vista sob um viés moralista, o que dificulta sua abordagem crítica e educativa no espaço escolar. Entre os maiores obstáculos estão a falta de preparo dos professores, o medo de ensinar de forma errada, os tabus culturais, além da resistência das famílias e das instituições.

Uma das maiores dificuldades está na falta de formação específica dos professores. Muitos educadores, por não terem recebido uma formação adequada sobre o tema em sua trajetória acadêmica, se sentem inseguros, despreparados e desconfortáveis para abordar a sexualidade em sala de aula. O professor, às vezes, repete os tabus que aprendeu, encarando as manifestações da sexualidade infantil

com repreensão, silêncio ou até mesmo com malícia própria do olhar adulto, e não da criança. Como aponta Assis (2018), ao pensarmos na sexualidade das crianças, precisamos compreender que ela se expressa de forma diferente da sexualidade adulta, sendo marcada pela curiosidade, pelas descobertas e pelas trocas afetivas.

Além da falta de formação, a pressão social e a resistência política são grandes obstáculos. Movimentos, como o "Escola sem Partido", utilizam o termo ideologia de gênero de forma pejorativa e buscam coibir e negar a igualdade de direitos e o debate sobre sexualidade, gênero e diversidade nas escolas. Esses grupos defendem uma visão conservadora e heteronormativa de família e de sociedade, e veem a escola como um espaço de "doutrinação ideológica", o que impede que os educadores trabalhem o tema com a devida seriedade e cientificidade.

Apesar de enfrentarmos esses desafios, existem possibilidades de superação sendo uma delas a formação continuada de professores. É fundamental que as políticas públicas e as universidades ofereçam cursos e workshops para que os educadores se sintam mais preparados e seguros para lidar com o tema. A formação deve ir além da informação técnica, promovendo uma reflexão profunda sobre a própria identidade do professor, seus valores e seus preconceitos, para que ele possa se libertar do que o impede de mediar a educação para a sexualidade de forma ética e profissional. Como diz Porto (2015), a educação para a sexualidade deve ser aberta ao diálogo, sempre respeitando as etapas de desenvolvimento e o ritmo de cada criança.

Utilizar práticas pedagógicas como a contação de histórias, promover rodas de conversa, jogos e brincadeiras ajuda a criar um jeito mais leve e respeitoso de falar sobre sexualidade. Como afirma Xavier Filha, (2014), os livros infantis podem ser ferramentas pedagógicas para o trabalho com esses temas. A ação docente, nesse sentido, tem o dever de selecionar materiais adequados, que auxiliem as crianças a compreenderem a si mesmas e aos outros de forma respeitosa. O uso de livros infantis que abordam a diversidade e quebram estereótipos de gênero, pode ser uma ferramenta pedagógica muito valiosa para o professor. A leitura desses materiais pode abrir um espaço de diálogo e de reflexão com as crianças, permitindo que elas desenvolvam um senso crítico sobre as representações de gênero e de sexualidade presentes em nossa sociedade.

Essas atividades não impõem experiências antes da hora ou assustam as

crianças, mas acolhem suas dúvidas e curiosidades de um jeito natural. Segundo Soares, Rufato e Rossetto (2021), o melhor jeito de trabalhar a educação para a sexualidade é trazendo essas conversas para o dia a dia, de forma tranquila e integrada ao que acontece na escola, ao invés de ações pontuais ou que ficam apenas na moralidade, sem ter conexão com o cotidiano.

Outro ponto importante é que a escola e a família precisam estar cada vez mais próximas. Conversar, ouvir o outro e criar juntos projetos educativos poderia ajudar a diminuir resistências e a fortalecer a confiança na escola como um espaço de proteção e aprendizado. Dessa forma, ensinar sobre sexualidade não ajudaria só no crescimento saudável das crianças, mas também na construção de uma sociedade mais ética e respeitosa.

4. 5. COMO LIDAR COM RESISTÊNCIAS FAMILIARES AO TRATAR TEMAS DE EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

A relação entre a escola e a família é um dos pilares da Educação Infantil, ambas as instituições têm um papel fundamental na formação da criança, e a parceria é essencial para garantir uma educação integral e coerente. A LDB e as DCNEI reforçam a importância dessa complementaridade, reconhecendo que a escola e a família devem atuar em conjunto na educação da criança. A troca de informações, a participação dos pais na rotina escolar e a construção de um projeto pedagógico alinhado com os valores da família são fundamentais para o sucesso da criança.

No entanto, essa relação pode se tornar um desafio quando o assunto é a educação para a sexualidade. A família é, para a maioria das pessoas, o primeiro espaço de aprendizado sobre o corpo e a sexualidade, mas, por medo, vergonha ou tabus, muitas famílias preferem não abordar o tema, o que transfere à escola uma responsabilidade ainda maior. Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013) apontam que essa falta de compreensão sobre o lado afetivo e social da sexualidade infantil faz com que essa preocupação aumente, levando, às vezes, ao silêncio ou à repressão desse assunto. Quando a escola decide tratar do assunto, muitas vezes, enfrenta a resistência de pais que temem que a escola "sexualize" seus filhos ou "estrague" sua inocência.

É crucial que os educadores e a equipe gestora estejam preparados para

acolher as dúvidas e os medos dos pais com paciência e empatia. A escola pode utilizar recursos visuais e literários, como livros infantis, para mostrar aos pais como a sexualidade pode ser abordada de forma lúdica e adequada à faixa etária. Ao demonstrar que a escola está agindo com base em um conhecimento científico e pedagógico, o professor pode construir uma relação de confiança com a família e, assim, criar um ambiente de colaboração mútua na formação integral da criança. De acordo com Porto (2015), a educação para a sexualidade deve ajudar as pessoas a se tornarem críticas e isso deve começar com os adultos que acompanham as crianças.

A escola deve ser transparente e honesta sobre sua proposta pedagógica em relação à sexualidade, explicando que o objetivo não é antecipar vivências sexuais, mas sim promover o autocuidado, o respeito e a proteção. Ela pode e deve oferecer espaços de diálogo com as famílias, como palestras, workshops e reuniões, para que os pais entendam que a educação para a sexualidade, quando bem conduzida, é uma ferramenta de proteção: promover respeito pelo corpo, protege contra abusos e fortalece a autoestima das crianças. O professor, por sua vez, precisa ter sensibilidade para acolher as dúvidas e os medos dos pais, construindo uma relação de confiança. A escola é um espaço de mediação e de construção de pontes entre o conhecimento científico e as crenças e valores familiares. Outro ponto que vale destacar é que a escola não vem para substituir os valores da família, mas sim para complementar a formação da criança. Vasselechen (2019) reforça que o educador, quando bem-preparado e com uma visão crítica, consegue agir com equilíbrio e responsabilidade, promovendo o diálogo e respeitando a diversidade cultural presente nas famílias. Dessa forma, é importante lembrar que não dialogar sobre o tema pode fazer mais mal do que bem. Assis (2018) alerta que esconder a sexualidade infantil impede que a criança entenda seu próprio corpo e seus sentimentos, o que pode acabar gerando confusões, vulnerabilidades e dificuldades no seu desenvolvimento emocional.

As DCNEI, em sua essência, fornecem a base para que a educação para a sexualidade seja incluída no currículo. Ao falar de desenvolvimento integral, de respeito à diversidade e de autonomia, as DCNEI abrem a porta para a discussão de temas que são constitutivos do ser humano. O desafio, portanto, é fazer com que os princípios teóricos se traduzam em práticas pedagógicas efetivas e sensíveis.

Segundo Xavier Filha (2012), as representações de gênero e sexualidade já estão presentes no imaginário infantil, seja através dos livros, da televisão ou das conversas informais. Portanto, a escola não tem a opção de "não falar" sobre o assunto. O silêncio, como afirma Louro (1999), é uma forma de discurso, e, no caso da sexualidade, um discurso de repressão e negação. A escola, ao não tratar do tema, reforça o tabu e deixa a criança sem as ferramentas necessárias para se proteger e para construir relações saudáveis. Lidar com as resistências da família é um processo que exige paciência, diálogo constante e dedicação. A escola precisa ser ética, responsável e consistente, sempre buscando criar conexão, fortalecer o papel de um espaço seguro que promove respeito, além de ajudar na formação completa das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa surgiu da necessidade de refletir sobre uma temática ainda permeada por tabus, resistências e silenciamentos, mas que, ao mesmo tempo, mostra-se cada vez mais urgente e indispensável no cenário educacional e social contemporâneo. Desde a justificativa até os objetivos delineados no início do trabalho, buscou-se compreender de que forma a escola, enquanto espaço formativo e socializador, pode assumir seu papel na promoção de uma educação que aborde a sexualidade como parte integrante do desenvolvimento humano.

O objetivo geral deste texto consistiu em analisar a importância da educação para a sexualidade na primeira infância. Para alcançar essa finalidade, foram traçados objetivos específicos, como: definir o conceito de educação para a sexualidade; analisar a relevância dessa prática educativa no contexto da Educação Infantil; sistematizar como a educação para a sexualidade pode contribuir para o autoconhecimento infantil e o respeito ao próprio corpo e ao dos outros; apresentar estratégias pedagógicas para abordar a temática na Educação Infantil; e identificar os desafios e as possibilidades de implementação dessa prática no ambiente escolar.

Essa pesquisa foi orientada pela convicção de que a infância é período decisivo na formação de valores, crenças e atitudes. Ignorar a sexualidade nesse processo é negligenciar uma dimensão constitutiva da criança, deixando-a mais vulnerável a abusos, violências e desinformações. Como ressaltado anteriormente,

os dados sobre violência sexual contra crianças no Brasil revelam a urgência de que a escola, em parceria com as famílias, assuma uma postura ativa de proteção e de promoção do respeito. Assim, a escolha pelo tema se justifica não apenas pela relevância acadêmica, mas também pelo compromisso ético, social e humano com a infância.

No que diz respeito à Educação Infantil, foi possível aprofundar a compreensão sobre essa etapa da educação básica e reconhecer sua importância fundamental para o desenvolvimento da criança. A Educação Infantil, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui a primeira etapa da educação básica, destinada ao desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). Esse reconhecimento legal marcou um ponto de virada na história da Educação Infantil no Brasil, que por muito tempo foi concebida de forma assistencialista, como espaço em que as crianças ficavam enquanto os pais trabalhavam. Com a LDB e, posteriormente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009), consolidou a visão de que a Educação Infantil deve articular o cuidar e o educar, reconhecendo a criança como sujeito de direitos, produtora de cultura e protagonista do processo educativo.

Este estudo destacou que a Educação Infantil é espaço privilegiado para a socialização e para uma formação crítica. É nesse período que a criança amplia suas relações, constrói noções de coletividade, aprende a conviver com as diferenças e começa a desenvolver valores éticos e sociais. Nesse sentido, a escola não deve ser vista apenas como local de preparação para o ensino fundamental, mas como etapa autônoma, repleta de objetivos próprios, que contribuem para a constituição da identidade e da subjetividade infantil.

Outro aspecto destacado foi a importância do brincar e das interações como partes principais das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Por meio das brincadeiras, a criança experimenta, cria, imagina, resolve conflitos, compreende regras e atribui significados ao mundo, portanto, o brincar não é um mero passatempo, mas uma forma de expressão, de aprendizagem e de desenvolvimento integral. As DCNEI reforçam que tanto o brincar quanto as interações devem orientar o currículo da Educação Infantil, o que coloca o professor diante do desafio de planejar práticas que sejam, ao mesmo tempo, significativas,

lúdicas e inclusivas.

No que diz respeito ao papel do docente, ficou claro que o professor da Educação Infantil deve ser mais do que transmissor de conteúdos, sua função é a de mediador de experiências, pesquisador de sua prática e defensor dos direitos da infância. Esse papel exige sensibilidade para observar, escutar e valorizar as crianças, reconhecendo suas curiosidades, perguntas e modos próprios de aprender. A ação docente deve estar pautada em intencionalidade pedagógica, mas também em flexibilidade, de modo a respeitar os ritmos e as necessidades individuais.

Outro ponto importante é em relação à parceria entre escola e família, a formação da criança é responsabilidade compartilhada e o diálogo entre esses dois espaços é condição essencial para a coerência das experiências educativas. A escola precisa reconhecer e valorizar as diferentes configurações familiares, promovendo uma educação que seja inclusiva e respeitosa, essa parceria torna-se ainda mais relevante quando se trata de temas sensíveis, como a sexualidade, que muitas vezes geram dúvidas ou resistências por parte das famílias.

Sendo assim, a análise sobre a Educação Infantil revelou que, apesar dos avanços, ainda existem muitos desafios como a falta de formação adequada de professores, a resistência familiar, a pressão social e a resistência política, e, para que a Educação Infantil cumpra sua função social e educativa, esses desafios precisam ser superados. Em síntese, esses pontos indicam que a Educação Infantil é etapa fundamental para a constituição de sujeitos críticos, criativos e conscientes, e que sua qualidade impacta diretamente não apenas o desenvolvimento individual das crianças, mas também a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Essa compreensão é indispensável para avançarmos na discussão sobre a educação para a sexualidade, que se articula diretamente com os princípios da Educação Infantil e com sua função de garantir os direitos das crianças.

No que se refere à educação para a sexualidade, este estudo mostrou que a sexualidade vai além de apenas aspectos biológicos ou reprodutivos, ela é uma parte importante da condição humana, que está presente desde os primeiros anos de vida e se manifesta de diferentes maneiras em cada fase do crescimento. Louro (1999) aponta que a sexualidade deve ser vista como um fenômeno social, cultural, histórico e político, isso significa que ela é formada por normas, valores, crenças e discursos que mudam com o tempo e o contexto. Essa ideia amplia nossa

compreensão da educação para a sexualidade, afastando conceitos simplificados e reconhecendo sua importância como prática educativa pertinente.

Os textos estudados demonstraram que a educação para a sexualidade deve ser introduzida na infância de forma pedagógica, ética e adequada à faixa etária, como objetivo promover o autoconhecimento, o respeito, o cuidado com o corpo e a valorização da diversidade. Nesse sentido, ensinar sobre a sexualidade desde cedo não é um perigo, mas uma forma de proteção, já que as crianças passam a desenvolver recursos para identificar situações de risco e compreender seus direitos.

A pesquisa também destaca a importância de ensinar sobre o corpo e o respeito desde a infância porque esse processo envolve a valorização do corpo como território de identidade e autonomia, mas também como espaço de cuidado e de limites, e a escola, ao assumir esse papel, contribui para que as crianças aprendam que seus corpos lhes pertencem, que possuem direito à privacidade e que o corpo do outro também deve ser respeitado. Essas aprendizagens se tornam ferramentas indispensáveis para a construção de relações sociais saudáveis e baseadas na ética do cuidado.

Outro ponto de grande relevância discutido foi o papel da educação para a sexualidade na prevenção de abusos e na promoção do autocuidado. No país em que vivemos, onde os índices de violência sexual contra crianças permanecem elevados, não é possível ignorar que o silêncio e o tabu em torno da sexualidade favorecem a perpetuação das violências. As crianças que aprendem a nomear seu corpo, a identificar situações de desconforto e a comunicar suas experiências tendem a ser mais protegidas e menos vulneráveis a práticas abusivas, a educação para a sexualidade, portanto, não é apenas uma questão pedagógica, mas também de proteção e defesa de direitos.

Contudo, a pesquisa também evidenciou os desafios enfrentados para a implementação dessa prática na escola: tabus culturais, falta de formação docente, resistência de famílias e ausência de políticas públicas consistentes. Apesar disso, foram identificadas possibilidades de avanço, como metodologias lúdicas, formação continuada, diálogo escola-família e fortalecimento de políticas públicas.

A articulação entre Educação Infantil e educação para a sexualidade foi um dos pontos centrais desta pesquisa, pois ambas compartilham princípios como o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, a promoção do

desenvolvimento integral, a indissociabilidade entre cuidar e educar, o valor do brincar e das interações, e a importância da parceria com a família, além disso, ambas assumem dimensão social e política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A partir dessa articulação, compreende-se que a educação para a sexualidade deve ser vista como uma parte constitutiva de suas práticas pedagógicas. Reconhecer essa integração é condição essencial para avançarmos na construção de uma escola mais inclusiva, protetiva e comprometida com a formação integral das crianças.

Também foi possível perceber que, apesar dos avanços trazidos pela Constituição Federal de 1988, pela LDB e pelas DCNEI, a Educação Infantil ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos, formativos, sociais e culturais que precisam ser superados, ao mesmo tempo, as necessidades atuais apontam caminhos de melhoria, que incluem o fortalecimento da infraestrutura, a valorização do brincar, a formação docente e a promoção da diversidade.

Para concluirmos, é possível afirmar que a pesquisa alcançou o objetivo de analisar a importância da educação para a sexualidade na Educação Infantil, essa temática é essencial para o desenvolvimento integral das crianças, pois contribui para o autoconhecimento, para a valorização da diversidade, para a construção de relações respeitadas e para a proteção contra abusos.

A educação para a sexualidade está em pleno acordo com os princípios da Educação Infantil, como por exemplo a indissociabilidade entre cuidar e educar, o protagonismo da criança, o valor do brincar e a importância da parceria com a família. Dessa forma, falar de sexualidade na Educação Infantil não é um acréscimo, mas parte constitutiva da prática pedagógica comprometida com os direitos da infância.

Portanto, é importante que a educação para a sexualidade seja reconhecida como direito da criança e dever da escola, condição indispensável para a construção de uma infância mais segura, saudável e consciente. Ao assumir esse compromisso, a Educação Infantil fortalece sua função social e pedagógica, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e capazes de transformar a sociedade.

Acima de tudo, ficou evidente que a Educação Infantil não pode ser pensada de forma dissociada da educação para a sexualidade, as duas se completam e buscam promover o desenvolvimento integral da criança. A Educação Infantil é um

universo complexo e fundamental, que vai muito além de brincadeiras e atividades lúdicas, é um espaço de formação, de construção de cidadania e de garantia de direitos.

6. REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

ASSIS, Tatiana Aparecida de. **SEXUALIDADE: O DESAFIO DESSA QUESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. (2018). 19 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade Multivix de Cariacica – ES.

BARROS, Alex Klébber Marques de; FABRÍCIO, Gustavo Henrique Barbosa; PAZ, Yasmim Chagas da. **A importância da consciência corporal na infância**. Recife: O Autor, 2023. 23 p. Orientador(a): Dr. Bruno Melo Moura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro- UNIBRA. Bacharelado em Educação Física, 2023. Disponível em: <<https://www.grupounibra.com/repositorio/EDFIS/2023/a-importancia-da-consciencia-co-rporal-na-infancia.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

BASTOS, Ana Cláudia Néri; LIMA, Éder José de (org.). **A sexualidade na educação infantil**. São Paulo - SP: Ed. do Autor, 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf> Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Lei n º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 3 set. 2025.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G.S.; SILVA, B. A. A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NO DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS QUALITATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.1-15/2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. 259 p.

Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1904>>. Acesso em: 11 set. 2025.

CABRAL, Suzane Nascimento; SOUZA, Marcos Lopes de. CANALIZAR PARA O BEM VERSUS CANALIZAR PARA O MAL”: UMA LEITURA DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. In RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (orgs.) **Debates contemporâneos sobre Educação para Sexualidade**. Ed. da FURG, 2017. 282p. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educaca_o_sexualidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 set. 2025.

CAMPOS, I. do C.; MIRANDA, J. C. EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7151234. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

CAMPOS, L. R. M.; CRUVINEL, B. V.; SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, G. S. A REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NUMA ABORDAGEM QUALITATIVA. **Cadernos da Fucamp**, v.22, n.57, p.96-110/2023. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3042>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2024. Disponível em: <<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GONÇALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR: IMPASSES E DESAFIOS. **HOLOS**, [S. l.], v. 5, p. 251–263, 2013. DOI: 10.15628/holos.2013.784. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/784>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; MOURA, Dayvison Bandeira de. A CHAVE PARA O CONHECIMENTO: DESVENDANDO OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA EM PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 597–604, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i3.10440. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10440>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose. EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE. In. MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa (orgs.) **Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/6555>>

Acesso em: 28 abr. 2025.

LIMA, Mayara Prado Cardoso de; SANT'ANA, Débora de Mello Gonçalves; BESPALHOK, Danielle das Neves; MELLO, Josiane Medeiros de. A Importância do Estudo do Corpo Humano na Educação Básica. **Arquivos do Mudi**, v. 23, n. 3, p. 263-277, 20 dez. 2019. DOI:10.4025/arqmudi.v23i3.51551. Disponível em: <<https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/51551>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1230>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> Acesso em: 28 abr. 2025.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, vol. 22, núm. 1, 2018. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. DOI: 10.4013/edu.2018.221.02. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449657590002>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

OLIVEIRA, Janis Angélica Alves. EDUCAÇÃO SEXUAL COMO UMA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 539–568, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i4.4981. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4981>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PETRENAS, Rita Cássia; RIVA, Geniffer Gabriela. SEXUALIDADE E GÊNERO NAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DISCUTINDO A IGUALDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 341–366, 2024. DOI: 10.14295/de.v10i2.14086. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14086>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. Disponível em: <<https://epage.pub/doc/livro-a-formacao-do-simbolo-na-criana-piaget-9yzn550kpy>>. Acesso em: 3 set. 2025.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI,

Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1896. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

POSTMAN, Niel. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANTOS, Glaucineide Silva. **A construção de limites com crianças na educação infantil: um desafio na Rede Pública Municipal de Ensino de Salvador**. 2016. 49 p. Trabalho de Conclusão de Curso - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)/FACULDADE DE EDUCAÇÃO (Faced) - Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil – BA. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19887>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: CERISARA, Ana Beatriz; SARMENTO, Manuel J. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância**. Porto: Asa, 2004. p. 9-34. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79714>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

SCHINDHELM, Virginia Georg. Infância e educação para a sexualidade. In: 24 **Simpósio Brasileiro e 3 Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**, 2009, Vitória - ES. Cadernos ANPAE. Niterói - RJ: ANPAE, 2009. Disponível em: <<https://anpae.org.br/simposio2009/357.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **RevistAleph**, [S. l.], n. 16, 2014. DOI: 10.22409/revistaleph.v0i16.39056. Disponível em: <<https://www.periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/39056>>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª edição. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, Robson Guedes da. Infâncias queers importam?! Precariedade, subjetivação e dissidências didático-curriculares. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 349–364, 2023.

SILVA, Catharine Gomes Jurubeba. **A importância de trabalhar a sexualidade na educação como prevenção de abuso infantil**. 2021. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2021. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7966>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SIQUEIRA, Eliane Aparecida. **SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL, OS DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**. 2022. 23 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2022. Disponível em: <https://sip.prg.ufla.br/publico/trabalhos_conclusao_curso/acessar_tcc_por_curso/pedagogia/index.php?dados=20212201721215>. Acesso em: 23 ago. 2025.

TEIXEIRA, Fabiane Lopes. PENSANDO OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE NA ESCOLA. In: MAGALHÃES, Joanalira Corpes; RIBEIRO, Paula Regina Costa (orgs.) **Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/6555>> Acesso em: 28 abr. 2025.

VASSELECHEN, Ana Larissa Martins. **A SEXUALIDADE INFANTIL E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**. 2019. 18 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Unicentro, Campus Santa Cruz.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, v. 23, n. 2, p. 127–143, mai. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/>>. Acesso em: 02 mai. 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo - SP: Livraria Martins Fontes Editada Ltda, 1991. Disponível em: <<http://penta3.ufrgs.br/edu/Vygotsky/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 627–646, set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4dvbnRRcbNwtpPJCszjYTCp/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 11 set. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 1, n. 53, p. p. 153–169, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36546>>. Acesso em: 12 set. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO NA INFÂNCIA. **Diversidade e Educação**, v.3, n.6, p. 14-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6375/4281>>. Acesso em: 12 set. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a (s) sexualidade (s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/123456789/11016>>. Acesso em: 11 set. 2025.